

# ACM só aceita 0,3% de imposto no cheque

Partidos que apóiam o governo querem mudar o pacote. PMDB resiste aos cortes, mas não quer deixar cargos, nem passar para oposição

Lydia Medeiros  
Da equipe do Correio

Deixar sua marca. Essa será a briga dos partidos que apóiam o governo na hora de receber o pacote com as medidas de ajuste fiscal que chega hoje ao Congresso e será apresentado aos líderes num café da manhã pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Ontem, o PMDB e o PFL fizeram política na hora do almoço. Os dois partidos resistem à aprovação de aumentos de impostos e cortes no orçamento. O PMDB quer poupar os investimentos, enquanto os pefelistas defendem mais sacrifício para o setor público.

Em encontros separados, aproveitaram para fechar uma posição sobre a sucessão nas presidências do Senado e da Câmara, defendendo a reeleição de Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer. O apoio do governo à manutenção de ambos nos cargos será fundamental para a negociação das medidas do ajuste. Tanto PMDB quanto PFL devem cobrar neutralidade do PSDB, partido do presidente.

A nata do PFL se reuniu na casa de Antonio Carlos Magalhães (BA), presidente do Senado. O senador foi direto. Descartou a possibilidade de um aumento na Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) que ultrapasse a alíquota de 0,30%, proposta inicial do governo já admitida por ACM como uma solução para aumentar a receita. “Não há hipótese em apoiar uma alíquota de 0.40%. Meu número é 0.30%”, anunciou o senador.

## ARRECADAÇÃO

Outro alvo do PFL: o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). A governadora do Maranhão, Roseana Sarney, telefonou para Antonio Carlos e pediu para o partido trabalhar contra a proposta do governo de prorrogar o FEF elevando de 20% para 40% a parcela da arrecadação de impostos federais que forma o fundo — o que aumenta o prejuízo de estados e municípios.

Políticos ligados à equipe econômica admitem que esse pode ser um item de negociação. “Esse ajuste fiscal é imperativo para a sobrevivência do país. Mas o PFL quer um ajuste negociado”, alertou o senador José Agripino Maia (RN), candidato derrotado ao governo do Rio Grande do Norte.

Os peemedebistas foram ao restaurante Piantella. Sob o comando do senador Jáder Barbalho, aniversariante do dia, presidente do partido e candidato derrotado ao governo paraense, afinaram o discurso. Nada de entregar cargos ou passar à oposição. O ministro dos Transportes, Eli-seu Padilha, chegou a classificar como uma “piada” essa hipótese.

A prioridade é lutar contra os cortes no orçamento — sobretudo aqueles que afetem as pastas dos ministros do partido. Em um tom que ainda lembrava os palanques eleitorais, o PMDB defendeu os mais

pobres: eles não devem ser atingidos pelo pacote. E Jáder condenou os cortes lineares nos recursos, principalmente na saúde e na educação. “Queremos quantificar o lado social do pacote. Não posso imaginar cortes na saúde pública, na merenda escolar, no livro didático. Não estamos preocupados em ser coincidentes com o governo. Acabamos de sair da eleição e o compromisso é com a sociedade”, declarou.

O PSDB deixou a reunião para hoje, mas também vai tentar dar feições tucanas ao pacote. Apesar das divergências, os partidos afirmam que o ajuste é urgente. E tão necessário que o presidente já começou a telefonar aos governadores de oposição eleitos. Amanhã, eles estarão reunidos em Brasília para discutir o pacote. O governador reeleito de São Paulo, Mário Covas, se ofereceu para atuar como interlocutor entre o governo federal

e os novos governadores.

Michel Temer (SP), presidente da Câmara, marcou nova reunião com os dirigentes do partido e com os governadores eleitos para terça-feira. Segundo ele, não há ressentimento eleitoral que faça o partido ficar contra o Brasil. Mas a conta da eleição não será esquecida: “As feridas deixam cicatrizes e nos lembraremos delas no momento oportuno. Hierarquicamente, o ajuste é mais importante”, disse Jáder.

Depois do café da manhã com o presidente Fernando Henrique Cardoso, os tucanos vão digerir melhor o pacote. Estão preocupados em defender as propostas e poupar o presidente da cobrança dos aliados. “Todos os aliados foram eleitos comprometidos com o ajuste fiscal e com a responsabilidade de fazer a transição da instabilidade econômica para a estabilidade”, afirmou o líder do partido, Aécio Neves (MG).

## AS MEDIDAS DO PACOTE FISCAL

desconto maior.

### CORTE DE GASTOS

O governo vai cortar R\$ 8,7 bilhões das despesas do orçamento da União. Serão cortes nos gastos de custeio da máquina administrativa e investimentos (obras e projetos). Áreas sociais, inclusive saúde e educação, também serão atingidas.

### SERVIDORES

A contribuição previdenciária dos servidores que ganham acima de R\$ 1.200 passa de 11% para 15%. Deve ser ainda maior para quem ganha acima de R\$ 4.500. Hoje, todos os servidores pagam 11% de contribuição.

### APOSENTADOS

Passam a pagar a contribuição previdenciária. As alíquotas serão iguais para servidores da ativa e inativos. Quem ganha mais terá um

### DEMISSÕES

Será encaminhado projeto de lei complementar ao Congresso que permite a demissão de funcionários públicos estáveis, no caso de as despesas de pessoal dos estados, municípios e da própria União ultrapassarem 60% da receita líquida. O governo federal poderá colocar servidores em disponibilidade (mandar para casa recebendo apenas uma parte do salário).

### GATILHO

Projeto de lei complementar vai propor mecanismo para cancelar automaticamente despesas do orçamento sempre que elas ultrapassarem os limites da receita. Deve valer também para estados e municípios. Quem desobedecer os limites será punido.

### CPMF

A alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) - o chamado imposto sobre cheques - deve subir de 0,2% para até 0,4%. Com isso, o governo pode arrecadar entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões a mais por ano.

### IMPOSTO DE RENDA

A alíquota de 27,5% para quem ganha acima de R\$ 1.800 vai vigorar até 2001. Ela foi criada

este ano para valer até 1999. As demais alíquotas não mudam.

### COFINS

Os bancos passarão a pagar a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, sobre o faturamento, com alíquota de 2%.

### SUBSÍDIOS

O governo deve anunciar corte nos subsídios e incentivos fiscais do Norte, Nordeste, Zona Franca de Manaus e entidades filantrópicas. O subsídio ao Proálcool também deve ser cortado.

### REFORMAS

A aprovação da reforma da Previdência ainda este ano e das leis que regulamentam a reforma administrativa é considerada indispensável para que o governo consiga cumprir as metas de ajuste fiscal prometidas ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Para 1999, o superávit primário (receitas maiores que as despesas, exceto gastos com juros) nas contas públicas terá de atingir 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) ou cerca de R\$ 23,8 bilhões.

### FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO

Permite que a União reduza o repasse de verbas para estados e municípios,

usando os recursos em áreas estratégicas. O governo quer prorrogar a vigência do fundo de 1999 para 2001 e ampliar os seus limites, de 20% da receita líquida para 30% ou 40%.

### EXTINÇÃO DE CARGOS

Ministérios devem anunciar o corte de DAS (cargos de confiança) e extinção de cargos vagos. O Ministério da Fazenda já deu o exemplo.

### REFORMAS

O governo precisa aprovar ainda este ano os pontos que ainda faltam da reforma da Previdência e duas leis complementares que regulamentam a reforma Administrativa. Tudo isso faz parte do esforço para obter receita extra de R\$ 23,8 bilhões em 1999, equivalente a 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB).

Editoria de Arte/Amaro Jr.

“O PAÍS NÃO É UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE. NÃO QUERO SÓ ARRUMAR OS NÚMEROS, MAS SABER A REPERCUSSÃO DELES NA SOCIEDADE”.

Jáder Barbalho,  
Presidente do PMDB



## Padilha protesta contra cortes

O ministro dos Transportes, Eli-seu Padilha, desafiou hoje a equipe econômica e disse que vai resistir aos cortes nos investimentos de seu ministério incluídos no pacote fiscal. Segundo o ministro, sua pasta precisa de um “nível mínimo de investimento” e se persistirem os cortes poderá estar criado “um pequeno impasse” dentro da equipe do governo.

“O Ministério dos Transportes é aquele que tem mais capacidade de contribuir para o combate ao Custo Brasil”, disse o ministro e avisou que não abrirá mão dos recursos destinados ao Programa Brasil em Ação. “Na nossa visão, estes projetos não devem ter cortes”. Na proposta orçamentária para 1999 enviada em agosto está previsto R\$ 1,5 bilhão para as obras do setor de transportes dentro do programa. Não vamos ter conservação de estradas em 1999?” “Quanto deixaríamos de ganhar se não fizermos estas obras?”, perguntou Padilha, um dos principais articuladores do PMDB junto ao governo.

Ele pretende rediscutir com a equipe econômica o volume de recursos destinados a sua pasta. Na primeira proposta orçamentária do governo, enviada ao Congresso em agosto, estavam previstos R\$ 2,6 bilhões de investimentos para 1999.